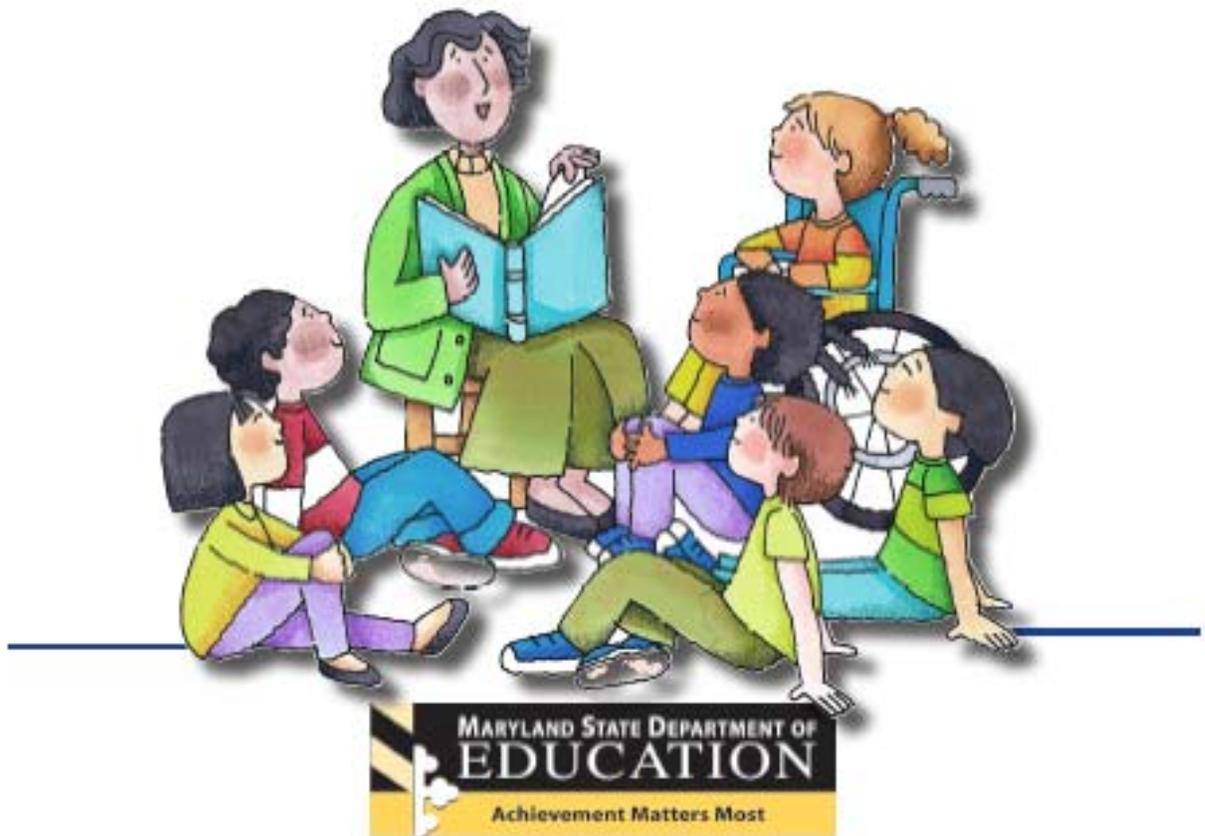


Como entender o Processo do Programa de Educação Individualizada (IEP), a Elegibilidade e a Avaliação em Maryland



Departamento de Educação Estadual de Maryland
Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce

Atualizado em 12/2008

Índice:

Introdução	2
Serviços de Apoio à Família	3
Recursos Adicionais Úteis para Famílias	4
Identificação de Crianças com Necessidades Especiais	
Recomendação Inicial	6
Determinação da Necessidade de Análise	6
Análises	7
Avaliação	7
Avaliação Inicial	8
Prazo para a Conclusão da Avaliação Inicial	9
Reavaliação	9
Término dos Serviços	10
Transição do Programa de Bebês e Crianças até 3 Anos	10
O Programa de Educação Individualizada	
Processo (IEP)	
Reuniões da Equipe do IEP	11
Participação dos Pais nas Reuniões	12
A Equipe do IEP	12
Participação na Equipe do IEP	13
Conteúdo do IEP	14
Serviços de Transição	15
Resumo do Desempenho	16
Fornecimento de Consentimento para Serviços de Educação Especial	16
Cancelamento de Consentimento para Serviços de Educação Especial	16
Desenvolvimento, Análise e Revisão do IEP	17
Emendas	18
Atribuição do Aluno na Série Adequada	18
Implementação do IEP	19
Crianças Transferidas para Outras Escolas Públicas	19
Requisitos para Graduação	20
Serviços de Ano Escolar Estendido (ESY)	20

Introdução:

Este guia para que se compreendam os processos IEP de avaliação e elegibilidade em Maryland foi desenvolvido pelo Departamento de Educação Estadual de Maryland (MSDE) para ajudá-lo a entender melhor os direitos de seu filho, seus direitos e responsabilidades e as responsabilidades da escola em atender as necessidades especiais de seu filho. Este guia inclui uma descrição dos processos do Programa de Educação Individualizada (IEP), da determinação da elegibilidade, da avaliação e do Child Find.

Pesquisas mostram que as crianças obtêm maior sucesso na escola quando seus familiares se envolvem em seu desenvolvimento e educação. Para uma criança com necessidades especiais, a importância do envolvimento dos pais pode ser ainda maior. Muito frequentemente, os pais são as melhores ou as únicas fontes de informação sobre os pontos fortes da criança e como as necessidades especiais afetam o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem da criança. Os pais desempenham um papel importante na educação de seus filhos. A lei exige que os pais e os funcionários da escola trabalhem juntos para dar às crianças os serviços educacionais adequados. Como pai de uma criança com necessidades especiais você deve manifestar suas dúvidas e solicitar auxílio quando achar que precisa.

A Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce do MSDE mantém uma rede de três divisões de coordenadores de apoio familiar local que auxiliam os pais de crianças com necessidades especiais com idade de 0 a 21 anos a cumprir seu papel no processo de obter educação especial e serviços de intervenção precoce para seus filhos. Cada jurisdição em Maryland tem um coordenador de apoio familiar para as famílias de crianças com necessidades especiais para cada um dos grupos etários a seguir:

- 0 a 3 anos – Rede de Apoio Familiar
- 3 a 5 anos – Parceiros da Pré-escola
- 5 a 21 anos – Parceiros para o Sucesso

Esses coordenadores estão disponíveis para discutir a intervenção precoce e os serviços especiais de educação, estimular novas ligações entre as famílias, fornecer recursos e gerenciar bibliotecas, organizar sessões de treinamento para os pais e grupos de apoio e responder dúvidas. Eles também auxiliam os pais na resolução de controvérsias com os sistemas escolares através da facilitação informal ou fornecendo informações sobre os processos de resolução da controvérsia formal definidos pela Lei de Aprimoramento da Educação de Indivíduos com Necessidades Especiais de 2004 (IDEA).

Na página seguinte há uma lista de coordenadores de serviços de apoio familiar em sua jurisdição. Todos os coordenadores terão prazer em trabalhar com você para beneficiar crianças com necessidades especiais.



Serviços de Apoio Familiar

Para Famílias de Crianças com Necessidades Especiais:

Lista de Coordenadores de Serviços de Apoio Familiar Local

Jurisdicção	Rede de Apoio Familiar Idade: 0 a 3 anos	Parceiros da Pré-escola – idade: 3 a 5 anos	Parceiros para o Sucesso – Idade: 3 a 21 anos
Allegany County	301-689-2407	301-689-2407	301-689-2407
Anne Arundel County	410-222-6911	410-222-3805	410-222-3805
Cidade de Baltimore	410-396-1666	410-396-8995	410-396-8995
Baltimore County	410-887-2169	410-887-5443	410-887-5443
Calvert County	410-535-7387	410-535-7387	410-535-7387
Caroline County	410-479-4204	410-479-4204	410-479-4204
Carroll County	410-876-4437	410-751-3955	410-751-3955
Cecil County	410-996-5637	410-996-5637	410-996-5637
Charles County	301-934-7456	301-934-7456	301-934-7456
Dorchester County	410-221-0837	410-221-0837	410-221-0837
Frederick County	301-600-1617	301-600-1617	240-236-8430
Garrett County	301-334-8119	301-334-8119	301-334-8935
Harford County	410-638-3823	410-638-3823	410-273-5579
Howard County	410-313-7161	410-313-7161	410-313-7161
Kent County	410-778-5708	410-778-5708	410-778-5708
Montgomery County	240-777-4809	240-777-4809	301-279-3100
Prince George's County	301-883-7428	301-883-7428	301-431-5675
Queen Anne's County	410-827-4629, ramal 149	410-827-4629	410-758-3693
Somerset County	410-651-9413	410-651-9413	410-651-9413
St. Mary's County	301-475-4393	301-475-4393	301-863-4069

Talbot County	410-820-7468	410-820-7468	410-820-7468
Washington County	301-766-8221	301-766-8221	301-766-8221
Wicomico County	410-677-5250	410-677-5250	410-677-5250
Worcester County	410-632-5234	410-632-5234	410-632-5234

Coordenadores dos Serviços de Apoio Familiar de Todo o Estado

Departamento de Educação Estadual de Serviços de Apoio Familiar de Maryland
(incluindo apoio dedicado às famílias de militares de Maryland e famílias de
jovens detidos e julgados) 1-800-535-0182

Escola de Maryland para Deficientes Visuais 1-800-400-4519
ramal 489

Escola de Maryland para Deficientes Auditivos 410-480-4597

Lista completa disponível na Internet: www.mdecgateway.org

Recursos Adicionais Úteis

Para Famílias de Crianças com Necessidades Especiais:

• **Departamento de Educação Estadual de Maryland**

<http://marylandpublicschools.org/msde>

Informações sobre as iniciativas do Departamento de Educação Estadual de Maryland e das escolas públicas de Maryland, incluindo análises e o Currículo do Estado Voluntário de Maryland.

• **Departamento de Educação Estadual de Maryland
Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce**

<http://marylandpublicschools.org/msde/divisions/earlyinterv/>

Recursos sobre Autismo, Construção de IEPs com as Famílias de Maryland, Formato e Formulário IEP de Todo o Estado, Recursos sobre Resolução de Disputas, etc.

• **Portal da Primeira Infância de Maryland**

<http://www.mdecgateway.org>

Um recurso on-line para provedores e famílias com crianças pequenas com

necessidades especiais e idades de 0 a 5 anos.

- **Segurança de Conduta**

Este guia não visa substituir o documento de segurança de conduta nem nenhuma notificação necessária e não substitui os regulamentos especiais de educação do estado. Para ajudá-lo a entender melhor seus direitos legais, algumas vezes no processo as escolas fornecerão aos pais uma cópia do documento de segurança de conduta intitulado Direitos dos Pais – Notificação de Segurança de Conduta. Pode-se obter uma cópia em meio eletrônico de Direitos dos Pais – Notificação de Segurança de Conduta em:

www.marylandpublicschools.org/MSDE/divisions/earlyinterv/Special_Ed_Info.htm.

- **Código de Regulamentos de Maryland (COMAR)**

O site da Divisão Estadual de Documentos Estaduais fornece acesso ao Código de Regulamentos de Maryland: <http://www.dsd.state.md.us/comar/>.

- **Departamento de Educação dos EUA**

O Departamento de Educação dos Estados Unidos fornece recursos relacionados à Lei de Educação de Indivíduos com Necessidades Especiais: <http://idea.ed.gov/>.

Identificação das Crianças com Necessidades Especiais:

O Child Find é um processo contínuo usado pelos sistemas de escolas locais e agências públicas para identificar crianças de 3 a 21 anos de idade, que tenham necessidade de serviços de educação especiais como um estudante portador de alguma necessidade especial. O estado de Maryland implementa políticas e procedimentos para garantir que todas as crianças com necessidades especiais que residam no estado, inclusive as crianças com necessidades especiais que freqüentam escolas particulares, independentemente da gravidade da necessidade especial e que têm necessidade de educação especial e serviços relacionados, estão localizadas, identificadas e avaliadas e utiliza um método prático para determinar qual criança está recebendo atualmente a educação especial necessária e os serviços relacionados. Isso inclui:

- Crianças que freqüentam escolas primárias particulares, escolas secundárias

- particulares e escolas charter com a jurisdição do sistema escolar local;
- Crianças que mudam de escola com muita frequência; Crianças migrantes;
- Crianças desabrigadas;
- Tutelados do Estado; e
- Crianças com suspeita de serem portadores de necessidades especiais mesmo que estejam avançando ano a ano.

Recomendação Inicial:

Um pai ou funcionário da escola pode solicitar uma avaliação de uma criança a qualquer momento escrevendo para o diretor ou para o administrador de educação especial local. Uma solicitação por escrito documenta sua recomendação e inicia a respectiva linha de tempo. A fonte de recomendação deve explicar as razões pelas quais é solicitada uma avaliação e qualquer esforço que tenha sido feito para solucionar as preocupações.

Se o órgão público determinar a necessidade das análises, deverá solicitar imediatamente seu consentimento para analisar seu filho para determinar se ele precisa de educação especial e serviços relacionados. Um órgão público não pode conduzir análises individualizadas de seu filho sem seu consentimento informado por escrito. Não é necessário um órgão público para obter seu consentimento antes de se analisar os dados existentes ou aplicar um teste a seu filho dado a todas as outras crianças, a menos que seja exigido o consentimento dos pais de todas as outras crianças. Se um órgão público acreditar que seu filho pode ter uma necessidade especial que possa exigir o fornecimento de educação especial e você se recusar a fornecer o consentimento informado por escrito, o órgão público poderá solicitar que você participe da mediação ou em uma audiência do devido processo. Um órgão público deve seguir os prazos descritos no Código de Regulamentos de Maryland (COMAR), a menos que o pai do aluno e a equipe do IEP estendam o prazo através de um acordo mútuo por escrito.

Determinação da Necessidade de Análise:

O órgão público deve garantir que os procedimentos de análise sejam administrados conforme necessário e que os pais recebam notificação por escrito de qualquer procedimento de análise que o órgão público proponha ou se recuse a conduzir. Se um órgão público determinar que não é necessário nenhum dado adicional ou não suspeitar que seu filho é um aluno com necessidades especiais ou possui um atraso de desenvolvimento, exige-se que o órgão público lhe forneça notificação por escrito da recusa em analisar seu filho. Caso discorde da decisão, você pode apelar entrando com a devida reclamação de audiência preliminar no Departamento de Audiências Administrativas (OAH).

Análises:

As análises são procedimentos individualizados para cada aluno. Um órgão público pode usar várias ferramentas e estratégias de análise para reunir informações acadêmicas, de

desenvolvimento e funcionais relevantes sobre a criança. Essas informações podem auxiliar na determinação sobre se a criança é um aluno com necessidades especiais e o conteúdo do IEP da criança. As informações acadêmicas incluem o progresso de seu filho no currículo geral ou, no caso de uma criança na pré-escola, a participação nas atividades adequadas. A análise inclui testes impressos, observações, informações dos pais, bem como outras fontes de informação que são:

- Seleccionadas e administradas de uma maneira que não seja racial ou culturalmente discriminatória;
- Administrada no idioma nativo da criança ou outro modo de comunicação e na forma que apresente as informações mais precisas sobre o que a criança sabe e pode fazer academicamente, de forma desenvolvida e funcional, a menos que isso não seja factível;
- Usadas para fins para os quais as análises ou medições sejam válidas e confiáveis; Sejam administradas por pessoas treinadas e com o devido conhecimento de acordo com as instruções fornecidas pelo produtor do teste;
- Personalizadas para identificar áreas específicas de necessidades educacionais e não para fornecer meramente um cociente de inteligência único e geral; e
- Seleccionadas para refletir com precisão o sucesso ou a aptidão da criança em vez das habilidades de fala, manuais ou sensoriais debilitadas, exceto quando essas habilidades forem os fatores que o teste deve medir.

Cada relatório de procedimentos de análise deve incluir:

- Uma descrição do desempenho da criança em cada área da necessidade especial suspeita;
- Informações físicas, comportamentais, de desenvolvimento, cognitivas e funcionais relevantes;
- Implicações instrucionais para a participação da criança no currículo geral ou para uma criança da pré-escola, participação nas atividades adequadas; e
- Para qualquer análise não administrada de acordo com as condições padrão, uma descrição de como ela variou em relação aos procedimentos de administração padrão.

Avaliação:

Avaliação significa procedimentos usados de acordo com os regulamentos estaduais e federais relativos aos procedimentos de avaliação e determinação de elegibilidade, para determinar se a criança é portadora de necessidades especiais e suas necessidades educacionais. Uma avaliação individualizada e completa é conduzida **antes** do fornecimento inicial da educação especial e serviços relacionados a um aluno portador de necessidades especiais de acordo com a IDEA. Uma avaliação ocorre em uma reunião da equipe do IEP e, se adequado, com outros profissionais qualificados para analisar:

- Resultados da análise e dos dados existentes;
- Avaliações e informações fornecidas pelos pais;
- Análises atuais com base na sala de aula, incluindo análises e observações em todo o distrito e estado, e
- Observações feitas por professores e relativas à equipe de serviços para determinar:
 - Se a criança é um aluno com necessidades especiais;
 - As necessidades educacionais da criança;
 - Os níveis atuais de sucesso acadêmico e necessidades de desenvolvimento;
 - A educação especial da criança e as necessidades de serviços relacionados, quer sejam vinculados comumente ou não com a categoria da necessidade especial com a qual a criança foi classificada; e
 - Qualquer acréscimo ou modificação necessária para atender os objetivos do IEP e participar, se adequado, do currículo geral.

Avaliação Inicial:

A avaliação inicial deve ser abrangente o suficiente para garantir que a criança seja avaliada em todas as áreas relacionadas à necessidade especial da qual se suspeita, inclusive, se adequado:

- Desempenho acadêmico
- Comunicação
- Inteligência geral
- Saúde, incluindo audição e visão
- Habilidades motoras
- Status social, emocional e comportamental

Nenhum procedimento único é usado para se determinar se uma criança é um aluno com necessidades especiais e determinar um programa educacional adequado para a criança.

Uma criança pode não ser identificada como um aluno com necessidade de uma educação especial e serviços relativos se o fator determinante for:

- Falta de instruções de leitura, inclusive seus componentes essenciais que são:
 - consciência fonêmica

- fônica
- desenvolvimento de vocabulário
- fluência de leitura, incluindo habilidades de leitura oral
- estratégias de compreensão de leitura
- Falta de instrução em matemática
- Proficiência limitada da criança no inglês, a menos que ela se qualifique de outra forma como portadora de necessidades especiais.

Prazo para a Conclusão da Avaliação Inicial:

Os pais de uma criança ou o órgão público podem iniciar uma solicitação de uma avaliação inicial para determinar se a criança é portadora de necessidades especiais. A avaliação inicial deve ser concluída até 60 dias a partir da data do recebimento por escrito do consentimento dos pais para avaliação da criança. O prazo de 60 dias não se aplica a um órgão educativo local se:

- Uma criança se matricular em uma escola atendida pelo órgão público após o consentimento fornecido pelos pais para a avaliação inicial em outro órgão público e antes de o órgão público anterior determinar se a criança é portadora de necessidades especiais. Essa exceção se aplica somente se o órgão público subsequente estiver tendo progresso suficiente para garantir a conclusão imediata da avaliação e os pais e o órgão público subsequente concordarem com um prazo específico no qual a avaliação será concluída;
- Os pais de uma criança se recusarem ou deixarem de apresentá-la para avaliação ou
- O órgão público e os pais concordarem por escrito em estender o prazo de avaliação de 60 dias.

Se, na avaliação inicial, a equipe do IEP determinar que a criança tem necessidades especiais e precisa de educação especial e dos serviços relacionados, a equipe do IEP deve atendê-las em 30 dias a partir da avaliação inicial para desenvolver o IEP da criança. O órgão público fornecerá aos pais uma cópia da decisão da avaliação da equipe do IEP.

Transição do Programa de Bebês e Crianças até 3 Anos:

Um órgão público deve convocar uma reunião da equipe do IEP para determinar se a criança em transição do programa de bebês e crianças até 3 anos é portadora de necessidades especiais que requerem o fornecimento de educação especial e serviços relacionados. Se a criança foi atendida anteriormente conforme a Parte C, deve-se enviar um convite para a reunião do IEP inicial mediante solicitação dos pais, ao coordenador de serviços da Parte C ou outros representantes do sistema Parte C para que a transição dos serviços seja tranquila. Se a equipe do IEP determinar que a criança é um aluno com necessidades especiais ou atraso de desenvolvimento, a Equipe do IEP deverá criar um IEP para a criança. O IEP da criança deve estar em vigor no terceiro aniversário da criança.

Reavaliação:

Um órgão público deve garantir que a reavaliação de cada criança com necessidades especiais seja efetuada se:

- O órgão público determinar que as necessidades educacionais ou dos serviços relacionados, inclusive o sucesso acadêmico aprimorado e o desempenho funcional da criança garantam uma reavaliação; ou
- Se os pais ou o professor da criança solicitarem uma reavaliação.

Uma reavaliação não deve ser feita com frequência maior do que uma vez por ano a menos que os pais e o órgão público concordem com outro prazo; e deve ocorrer pelo menos uma vez a cada três anos, a menos que os pais e o órgão público concordem que a reavaliação é desnecessária. Até o limite possível, o órgão público deve estimular a consolidação das reuniões de reavaliação e outras reuniões da equipe do IEP da criança. A equipe do IEP analisará os dados da avaliação existente incluindo informações dos pais, análises baseadas na sala de aula, avaliações de todo o estado e do distrito e observações para decidir se existe a necessidade da determinação de dados adicionais:

- se a criança continua a ter uma necessidade especial que exija o fornecimento de educação especial e os serviços relacionados;
- Os níveis atuais de sucesso acadêmico da criança e as necessidades de desenvolvimento relacionadas; e
- Se há qualquer acréscimo ou modificação necessária para a criança atender os objetivos anuais mensuráveis do IEP e participar, se adequado, do currículo geral.

Se a equipe do IEP determinar a necessidade de dados adicionais, as análises não serão conduzidas até que os pais sejam notificados e até que seja solicitado um consentimento deles. A equipe do IEP avaliará os resultados das análises dentro de 90 dias a partir da data em que as avaliações foram recomendadas pela equipe do IEP. Se a equipe do IEP determinar que não há a necessidade de dados adicionais, o órgão público notificará os pais sobre o fato e as razões de tal determinação. Não é exigido que o órgão público conduza as análises para fins de reavaliação, a menos que seja solicitado a fazê-lo pelos pais da criança.

Término dos Serviços:

Um órgão público deve reavaliar o aluno com necessidades especiais de acordo com os regulamentos federais e estaduais antes de determinar se a criança não é mais portadora de necessidades especiais. Essa reavaliação não é necessária antes do término da elegibilidade da criança de acordo com a Parte B da IDEA devido à graduação com um diploma regular do ensino médio ou da ultrapassagem da elegibilidade da idade para uma educação pública adequada gratuita (FAPE) de acordo com a lei estadual.

O Processo do Programa de Educação

Individualizada (IEP):

Reuniões da Equipe do IEP:

O órgão público usa um processo de equipe para decidir se a criança é um aluno com necessidades especiais conforme definido pela IDEA e as necessidades educacionais da criança. Cada órgão público é responsável por iniciar e conduzir reuniões com o objetivo de desenvolver, analisar e revisar o IEP de um aluno com necessidades especiais e determinar a atribuição do aluno na série adequada. Os pais de cada aluno com necessidades especiais devem ser notificados e lhes deve ser oferecida a oportunidade de participar de qualquer reunião da equipe do IEP conduzida para seu filho.

Os pais são membros da equipe do IEP que toma as decisões relativas à atribuição educacional da criança. O órgão público deve fazer todos os esforços possíveis para garantir que os pais entendam e sejam capazes de participar de qualquer discussão de grupo relativa à atribuição educacional de seu filho, incluindo providenciar um intérprete para os pais com deficiência auditiva ou aqueles cujo idioma nativo não seja o inglês.

Quando a equipe do IEP determinar que a criança precisa de educação especial e dos serviços relacionados, ela deve se reunir dentro de 30 dias para criar o IEP da criança. Como membro da equipe do IEP, os pais têm o direito de solicitar uma análise do IEP da criança a qualquer momento.

Participação dos Pais nas Reuniões:

Cada órgão público deve tomar devidas medidas para garantir que um ou ambos os pais de um aluno com necessidades especiais estejam presentes em todas as reuniões da equipe do IEP ou que lhes seja oferecida a oportunidade de participar. Os pais devem ser notificados sobre as reuniões com antecedência suficiente para garantir que tenham a oportunidade de participar e as reuniões devem ser programadas com local e horário mutuamente acordados. A notificação deve indicar o objetivo, o horário, o local da reunião e quem participará. A notificação também deve informar os pais que, a critério deles ou do órgão público, outros indivíduos com conhecimentos ou experiência especial relativos à criança, inclusive a equipe dos serviços relacionados, conforme adequado, poderá participar da equipe do IEP. A determinação do conhecimento ou da experiência especial de qualquer indivíduo deve ser feita pela parte (pais ou órgão público) que convidou o indivíduo para ser membro da equipe do IEP.

Para um aluno com necessidades especiais começando com a idade de 14 anos ou menos, se adequado, a notificação também deve indicar que um objetivo da reunião será a criação de uma declaração das necessidades de serviços de transição do aluno e que o órgão o convidará e identificará qualquer outro órgão que será convidado a enviar um representante. Antes que um órgão público possa convidar outro representante, é necessário o consentimento dos pais.

A notificação de qualquer reunião da equipe do IEP para criar, analisar ou revisar o IEP de uma criança, inclusive a determinação da atribuição educacional da criança deve ser fornecida pelo menos dez (10) dias

antes da reunião a menos que uma reunião extra seja convocada para:

- Tratar de problemas disciplinares;
- Determinar a atribuição da criança, se ela for um aluno com necessidades especiais e não estiver recebendo os serviços educacionais atualmente;
ou
- Atender outras necessidades urgentes da criança para garantir o fornecimento da FAPE.

Se nenhum dos pais puder comparecer, o órgão público deve usar outros métodos para garantir a participação dos pais, inclusive chamadas telefônicas individuais ou em conferência. Deve ser realizada uma reunião sem a participação dos pais se o órgão público não conseguir convencer os pais de que eles devem participar. A equipe do IEP deve tomar uma decisão de atribuição sem o envolvimento dos pais, se o órgão público não conseguir obter a participação dos pais nas decisões. Nesse caso, o órgão público deve ter um registro de suas tentativas de organizar uma reunião em local e horário mutuamente acordados, tais como registros detalhados de chamadas telefônicas feitas ou tentativas e os resultados dessas chamadas, cópias de correspondências enviadas aos pais e nenhuma resposta recebida e os registros detalhados das visitas feitas à casa ou local de trabalho dos pais e os resultados dessas visitas.

Uma reunião não inclui conversas não programadas ou informais que envolvam as conversas e a equipe do órgão público sobre questões como metodologia de ensino, planos de aulas ou a coordenação do fornecimento de serviços se essas questões não forem tratadas no IEP da criança. Uma reunião também não deve incluir atividades preparatórias em que a equipe do órgão público se envolva para criar uma proposta ou resposta à proposta dos pais que será discutida em uma reunião posterior.

A Equipe do IEP:

A Equipe do IEP inclui:

- Os pais, tutores ou substitutos dos pais da criança;
- Não menos do que um dos professores de educação geral da criança, caso ela esteja ou possa estar participando do ambiente de educação geral. Se a criança não tiver um professor de educação geral ou tiver idade inferior à idade escolar, um indivíduo qualificado para ensinar a criança de tal idade;
- Não menos do que um professor de educação especial da criança ou, se adequado, um prestador de serviço da criança;

- Um representante do órgão público qualificado para fornecer ou supervisionar o fornecimento de instruções concebidas especialmente para atender as necessidades dos alunos com necessidades especiais e que conheça o currículo geral e os recursos disponíveis do órgão público;
- Um indivíduo que possa interpretar as implicações instrucionais das avaliações. Essa pessoa pode ser um dos membros da equipe do órgão público indicado acima;
- Se os pais ou o órgão público escolherem, outros indivíduos com conhecimento ou experiência especial relativa à criança
- Até o limite adequado, com o consentimento dos pais, o órgão público deve convidar um representante de qualquer órgão público participante que possa ser responsável pelo fornecimento ou pagamento de serviços de transição; e
- Se adequado, a criança. A criança deve ser convidada e deve-se esperar que ela participe da reunião do IEP se o objetivo da reunião for considerar os objetivos de educação superior para a criança e os serviços de transição necessários para assisti-la na obtenção desses objetivos.

Participação na Equipe do IEP:

Um membro da equipe do IEP não precisa participar de todas ou algumas das reuniões do IEP se os pais de uma criança com necessidades especiais e o órgão público concordarem, por escrito, que a participação do membro não é necessária porque a área do currículo dele ou os serviços relacionados não estão sendo modificados ou discutidos.

Um membro da equipe do IEP pode ser liberado da participação integral da reunião ou de parte da reunião do IEP quando ela envolver uma modificação ou discussão da área do currículo do membro ou dos serviços relacionados, se -

- Os pais e o órgão público consentirem a liberação, por escrito; e
- O membro sendo liberado envia informações por escrito para o desenvolvimento do IEP para os pais e a equipe do IEP, antes da reunião.

Conteúdo do IEP:

O IEP é desenvolvido pela equipe do IEP e inclui:

- Uma declaração dos níveis atuais de sucesso acadêmico e desempenho funcional da

criança incluindo -

- Como a necessidade especial da criança afeta seu envolvimento e o sucesso no currículo geral de educação (isto é, o mesmo currículo para crianças sem necessidades especiais); ou
 - No caso de crianças na pré-escola, conforme adequado, como a necessidade especial afeta a participação da criança nas atividades adequadas;
- Uma declaração dos objetivos anuais mensuráveis, incluindo objetivos acadêmicos e funcionais elaborados para -
 - Atender as necessidades da criança que resultam da necessidade especial para permitir que a criança se envolva e avance no currículo educacional geral; e
 - Atenda cada uma das necessidades educacionais da criança que resulte da necessidade especial.

 - Uma descrição dos referenciais de excelência ou objetivos de curto prazo.

 - Será fornecida uma descrição de como o avanço da criança em relação ao alcance dos objetivos anuais será medido e quando os relatórios periódicos sobre o progresso que a criança está obtendo em relação aos objetivos anuais (como através do uso de relatórios trimestrais ou de outros relatórios periódicos, concomitantemente com a emissão do boletim escolar).

 - Uma declaração da educação especial e dos serviços relacionados e serviços e auxílios complementares, com base na pesquisa analisada por outras pessoas até o limite praticável, a ser fornecida à criança ou em nome da criança e uma declaração das modificações ou suportes do programa para a equipe da escola que será fornecida para permitir que a criança -
 - Avance adequadamente para atingir os objetivos anuais;
 - Se envolva e tenha progresso no currículo de educação geral e participe de atividades extracurriculares e não acadêmicas; e
 - Seja educada e participe de atividades com outras crianças com e sem necessidades especiais;

 - Uma explicação do limite, se houver, até o qual a criança não participará de atividades com crianças sem necessidades especiais no ambiente educacional regular e nas atividades;

 - Uma declaração de qualquer acomodação adequada individual que seja necessária para medir o sucesso acadêmico e o desempenho funcional da criança nas análises de todo o estado e distrito; e

 - Se a equipe do IEP determinar que a criança deve receber uma análise alternativa em vez de uma análise regular particular de todo o estado ou distrito do sucesso do aluno, uma declaração indicando porque -

- A criança não pode participar da análise regular; e
- A análise alternativa particular selecionada é apropriada para a criança;
- A data projetada para o início dos serviços e modificações e a frequência, localização e duração previstas desses serviços e modificações.

Um órgão público deve fornecer educação especial e os serviços relacionados a uma criança de acordo com o IEP da criança e empreender um esforço em boa fé para auxiliá-la a atingir os objetivos e metas ou referenciais de excelência indicados no IEP. Um órgão público, professor ou outro indivíduo não deve ser responsabilizado caso a criança não atinja o crescimento projetado nos objetivos anuais e referenciais de excelência ou metas.

A IDEA 2004 não exige a inclusão de informações adicionais no IEP da criança além do que é exigido explicitamente por seu estatuto ou pela equipe do IEP para incluir informações sob um componente do IEP de uma criança que já esteja contido sob outro componente do IEP da criança.

Se uma criança exigir serviços estendidos do ano escolar, o IEP deve incluir a educação especial específica e os serviços relacionados a serem fornecidos além do ano escolar regular.

Serviços de Transição:

Os serviços de transição são um conjunto coordenado de atividades concebidas para promover o movimento das atividades escolares e pós-escolares, incluindo a educação superior, educação em tecnologia e carreiras, emprego integrado, serviços para adultos, vida independente ou participação na comunidade. Esse conjunto de atividades baseia-se nas necessidades da criança, leva em consideração as preferências e interesses da criança e inclui o plano de estudo, serviços relacionados e atividades na comunidade.

- Começando quando a criança tem 14 anos de idade ou menos, se adequado, e atualizado anualmente, o IEP deve incluir uma declaração das necessidades de serviço de transição que se concentram no plano de estudos da criança.
- Começando antes do primeiro IEP a estar em vigor quando a criança fizer 16 anos ou menos, se for considerado adequado pela equipe do IEP e atualizado anualmente, daí em diante o IEP deve incluir -
 - Os objetivos de educação superior mensuráveis com base nas análises de transição apropriadas da idade relacionadas ao treinamento, educação, emprego e, quando adequado, habilidades de vida independente; e
 - Os serviços de transição (inclusive planos de estudo) necessários para auxiliar a criança a atingir esses objetivos.
- O requisito para oferecer os serviços de transição não se aplica a um aluno com uma necessidade especial que seja condenado como adulto de acordo com a lei estadual e encarcerado em uma instituição correcional para adultos e cuja elegibilidade para a educação especial e serviços relacionados terminará antes que o aluno seja elegível para liberação.

Resumo do Desempenho:

No caso de uma criança cuja elegibilidade termina, um órgão público deve fornecer um resumo do sucesso acadêmico e do desempenho funcional da criança, o que deve incluir recomendações sobre como auxiliar a criança a atingir seus objetivos de educação superior.

Fornecimento de Consentimento para Iniciação de Serviços Educacionais Especiais:

Um órgão público deve obter consentimento por escrito dos pais antes do fornecimento inicial da educação especial e dos serviços relacionados a um aluno com necessidades especiais. O órgão público pode não fornecer educação especial e os serviços relacionados se os pais de um aluno se recusarem a fornecer o consentimento informado por escrito ao órgão para o início da educação especial e dos serviços relacionados ou deixar de responder uma solicitação do órgão público de fornecer consentimento para o início de uma educação especial e os serviços relacionados. Se os pais se recusarem a fornecer o consentimento para o início da educação especial e serviços relacionados, o órgão público **não pode** fornecer educação especial e os serviços relacionados. Se os pais de uma criança com necessidades especiais se recusarem a fornecer o consentimento inicial, não se considera que o órgão público esteja violando os requisitos para disponibilizar a FAPE e não é necessário reunir a equipe do IEP ou criar um IEP para o aluno.

Cancelamento de Consentimento para Serviços de Educação Especial:

Em 31 de dezembro de 2008, a Lei de Educação de Indivíduos com Necessidades Especiais (IDEA) fornece aos pais a autoridade de cancelar o consentimento para o fornecimento de educação especial e serviços relacionados, finalizando assim o fornecimento da educação especial e dos serviços relacionados para seu filho. Embora essa alteração contrarie a antiga interpretação do Departamento de Educação dos EUA, ela fornece consistência com ênfase da ideia no papel dos pais na proteção dos direitos da criança e no objetivo do departamento de aprimorar o envolvimento e a escolha dos pais na educação de seus filhos.

Se, a qualquer momento, após um órgão público começar a fornecer educação especial e os serviços relacionados a uma criança com necessidades especiais, os pais da criança podem cancelar o consentimento **por escrito** do fornecimento contínuo de educação especial e serviços relacionados. O órgão público **não pode** continuar a fornecer educação especial e os serviços relacionados àquela criança, mas deve fornecer aos pais notificação prévia por escrito antes de interromper o fornecimento da educação especial e dos serviços relacionados. O órgão público **não pode** usar mediação ou audiência preliminar para obter a concordância ou decisão judicial de que os serviços podem ser fornecidos à criança. Não se considerará que o órgão público esteja violando a exigência de disponibilizar a FAPE à criança devido à falha de fornecer mais educação especial e serviços relacionados à criança e não é necessário reunir uma equipe de IEP ou criar um IEP para a criança para o fornecimento extra de educação especial e serviços relacionados. Embora os pais possam

cancelar o consentimento do fornecimento contínuo de educação especial e serviços relacionados, não se exige que o órgão público emende os registros educacionais da criança para remover qualquer referência ao recebimento da educação especial e serviços relacionados da criança devido ao cancelamento do consentimento.

Desenvolvimento, Análise e Revisão do IEP:

Ao criar, analisar ou revisar o IEP de uma criança, a equipe do IEP considerará e documentará:

- As preocupações dos pais e a capacidade da criança para melhorar a educação da criança;
- os resultados da avaliação inicial ou mais recente da criança;
- As necessidades acadêmicas, de desenvolvimento e funcionais da criança;
- Os resultados do desempenho da criança nos programas de avaliação em todo estado ou distrito, conforme adequado;
- Necessidades de comunicação;
- Necessidades de dispositivos de tecnologia auxiliar e serviços da criança;
- Consideração de fatores especiais específicos da criança, tais como:
 - Como no caso de uma criança cujo comportamento impede seu aprendizado ou o de outras crianças, considere o uso de intervenções comportamentais e suportes positivos e outras estratégias para tratar de tal comportamento;
 - Como no caso de uma criança com proficiência limitada no inglês, considere as necessidades de idioma da criança, pois elas se relacionam ao IEP da criança;

- No caso de uma criança cega ou com algum tipo de deficiência visual, fornecer instruções em Braille, incluindo livros-texto em Braille e o uso do Braille a não ser que a equipe do IEP determine, após uma avaliação das necessidades, das habilidades de leitura e escrita da criança e da mídia de leitura e escrita apropriada (incluindo uma avaliação das necessidades futuras da criança quanto à instrução em Braille ou o uso do Braille), que a instrução em Braille ou o uso do Braille não seja adequado para a criança incluindo livros-texto em Braille; e

- No caso de uma criança surda ou com deficiência auditiva, considere as necessidades de comunicação e o idioma da criança, as oportunidades de comunicação direta com seus pares e equipe profissional no modo de comunicação e idioma da criança, nível acadêmico e gama completa de necessidades incluindo oportunidades de instrução direta no modo de comunicação e idioma da criança.

Se através da consideração dos fatores especiais acima, uma equipe de IEP determinar que a criança precisa de um dispositivo em particular, serviços,

intervenção, acomodação ou modificação do programa para a criança receber a FAPE, a equipe do IEP deve incluir uma declaração para tal efeito no IEP da criança.

Como membro da equipe do IEP, um professor de educação geral da criança deve, até o limite adequado, participar da criação do IEP da criança. A participação inclui assistência na determinação dos apoios e intervenções comportamentais positivos adequados e outras estratégias para a criança, bem como auxílios e serviços complementares, modificações do programa e suportes para a equipe da escola.

A equipe do IEP analisa o IEP da criança periodicamente, no mínimo anualmente, para:

- Determinar se os objetivos anuais da criança estão sendo atingidos; e
- Revisar o IEP, conforme adequado, para solucionar —
 - Qualquer falta do progresso esperado em relação aos objetivos anuais e ao currículo educacional geral, se adequado;
 - Os resultados de qualquer reavaliação – Informação sobre a criança fornecidas para ou pelos pais;
 - As necessidades previstas da criança; ou
 - Outras questões relevantes ao programa da criança.

Emendas:

Os pais da criança e o órgão público podem concordar em não convocar uma reunião da equipe do IEP para fazer alterações no IEP. Ao fazer as alterações no IEP de uma criança após as reuniões anuais do IEP para um ano escolar específico, os pais de uma criança com necessidades especiais e o órgão público poderão concordar em criar um documento escrito para emendar ou modificar o IEP atual da criança. Mediante solicitação, os pais devem receber uma cópia revisada do IEP com as emendas incorporadas.

Atribuição do aluno na série adequada:

Como membro da equipe do IEP, os pais estão incluídos nas decisões relativas à atribuição de seus filhos na série adequada. Até o limite máximo adequado, os alunos com necessidades especiais, inclusive alunos de instituições públicas ou particulares ou outras instalações de assistência são educados com alunos que não possuem necessidades especiais. Anualmente, a equipe do IEP da criança irá:

- Determinar a atribuição educacional da criança na série adequada com base no IEP; e
- Validar o fato de que a criança é educada na escola que a criança frequentaria se não tivesse necessidades especiais, a menos que o IEP da criança exija alguma outra combinação.

Se a criança condenada como um adulto de acordo com a lei estadual estiver encarcerada em uma instituição correcional para adultos e o estado tiver demonstrado uma segurança legítima ou interesse de penalogia convincente que não possa ser acomodado de outra forma, a equipe do IEP pode modificar o IEP ou a atribuição da criança.

Implementação do IEP:

O órgão público deve garantir que:

- O IEP da criança seja implementado assim que possível após sua criação, exceto na reunião efetuada no verão ou em um período de férias ou quando houver circunstâncias que exijam um curto atraso, como a obtenção de transporte.
- Um IEP esteja em vigor para a criança no início do ano escolar.
- O IEP seja acessível para qualquer professor, prestador de serviços relacionados e outros prestadores de serviços responsáveis pela implementação do IEP da criança.
- Cada indivíduo identificado como prestador de serviços à criança deve ser informado de suas responsabilidades relacionadas à implementação do IEP da criança e acomodações, modificações e suportes que devam ser providenciados.
- Os pais recebem uma cópia do IEP de seu filho sem nenhum custo.

Crianças Transferidas para Outras Escolas Públicas:

Transferência dentro do mesmo estado -

No caso de uma criança com necessidades especiais que seja transferida para escolas públicas dentro do mesmo ano acadêmico, que se matricule em uma nova escola pública com um IEP que estava em vigor no mesmo estado, a escola pública deve:

- Fornecer à criança uma educação pública adequada gratuita que inclua serviços comparáveis àqueles descritos no IEP efetuado anteriormente, após prévia consulta com os pais até que a escola pública adote o IEP anterior; ou
- Desenvolver, adotar e implementar um novo IEP consistente com as leis estaduais e federais.

Para facilitar a transição para a criança transferida dentro do mesmo estado, a nova escola pública na qual o aluno se matricula deve executar as ações razoáveis para obter imediatamente os registros do aluno da escola pública anterior incluindo:

- O IEP e os documentos de apoio; e
- Qualquer outro registro relativo ao fornecimento de educação especial ou serviços relacionados à criança

Transferência de fora do estado -

No caso de uma criança com necessidades especiais que seja transferida para

escolas públicas dentro do mesmo ano acadêmico, que se matricule em uma nova escola pública com um IEP que estava em vigor em outro estado, a escola pública deve:

- Fornecer à criança uma educação pública adequada gratuita que inclua serviços comparáveis àqueles descritos no IEP efetuado anteriormente, após prévia consulta com os pais até que a escola pública conduza uma avaliação, se determinada como necessária pelo órgão público; e
- Desenvolver um novo IEP, se adequado, que seja consistente com as leis estaduais e federais.

Para facilitar a transição de uma criança transferida de fora do estado, a escola pública anterior na qual a criança estava matriculada deve tomar as medidas razoáveis para atender imediatamente as solicitações da nova escola pública em relação aos registros educacionais.

Exigências para Graduação:

O órgão público deve informar aos pais sobre as exigências de graduação local e estadual e o progresso de seus filhos em relação à obtenção desses requisitos. Quando um aluno com necessidades especiais se forma no ensino médio com um diploma comum, o órgão público deve fornecer aos pais notificação da formatura pendente do filho. A graduação com um diploma de ensino médio regular constitui uma mudança na atribuição e encerra o direito da criança à FAPE.

Serviços de Ano Escolar Estendido (ESY):

Serviços de ano escolar estendidos (ESY) significa a extensão individualizada de uma educação especial e serviços relacionados específicos fornecidos a um aluno com necessidades especiais além do ano escolar normal da escola pública, de acordo com o IEP, sem custo para os pais e que atenda as normas do MSDE. Os serviços ESY são necessários apenas para a FAPE quando os benefícios que um aluno com necessidades especiais obtém durante o ano escolar regular serão significativamente prejudicados se o aluno não receber um programa educacional durante os meses de verão. Um órgão público não pode limitar os serviços ESY a categorias particulares de necessidades especiais nem limitar unilateralmente o tipo, a quantidade ou a duração desses serviços.

Os serviços ESY são fornecidos se a equipe do IEP da criança determinar, individualmente, que os serviços são necessários para o fornecimento da FAPE. Os pais serão notificados da disponibilidade dos serviços ESY que podem ser necessários para se atender as necessidades únicas de um aluno com necessidades especiais. Pelo menos uma vez por ano a equipe do IEP deve determinar se o aluno requer serviços ESY. Essa determinação deve ser feita com a precocidade suficiente no ano escolar para que os pais tenham tempo suficiente para exercitar os direitos de segurança de conduta caso discordem da proposta feita pelo órgão público. Entretanto, não deve ser feito muito precocemente de modo que não haja informações suficientes para se tomar uma decisão informada.

Para determinar se os benefícios que um aluno com necessidades especiais

obtem durante um ano escolar regular serão significativamente prejudicados se a criança não receber um programa educacional durante os meses de verão, a equipe do IEP deve considerar os seguintes fatores:

- Se o IEP da criança incluir objetivos anuais relacionados às habilidades críticas de vida;
- Se for provável que a criança sofrerá uma regressão significativa das habilidades de vida críticas causadas pelas férias escolares normais e que não recuperará essas habilidades perdidas em um tempo razoável;
- O progresso da criança em relação ao domínio dos objetivos e metas do IEP;
- A presença de habilidades emergentes ou oportunidades de grande progresso;
- Comportamentos de interferência;
- A natureza e/ou gravidade da necessidade especial; e
- Circunstâncias especiais.

A equipe do IEP deve considerar cada fator independentemente para determinar o impacto na habilidade do aluno de receber o benefício educacional do programa. Considerando a necessidades de serviços ESY, esse padrão deve ser aplicado individualmente para cada aluno. A equipe do IEP deve documentar a consideração dos fatores e o resultado dessas considerações na determinação se os benefícios e ganhos obtidos ou não durante o ano escolar regular serão significativamente prejudicados se o aluno não receber os serviços estendidos do ano escolar.

Esta é uma publicação do Departamento de Educação do Estado de Maryland, Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce. O Departamento de Educação do Estado de Maryland não faz discriminações com base em raça, cor, sexo, idade, nacionalidade, religião ou necessidade especial nas questões que afetam o emprego ou o fornecimento de acesso aos programas. Para esclarecer dúvidas relativas à política departamental, entre em contato com a Divisão de Conformidade e Garantia da Equidade pelo telefone 410-767-0246 Voz, Fax 410-333-2226 ou TDD 410-333-6442. • Este documento foi criado e produzido pela Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce com fundos do Departamento de Educação dos EUA, Escritório de Educação Especial e Serviços Reabilitativos, IDEA, Parte B, Concessão #H027A080035A. • Os pontos de vista aqui expressos não refletem necessariamente os pontos de vista do Departamento de Educação dos EUA nem de nenhum órgão federal e não devem ser considerados como tal. • As informações estão livres de direitos autorais. Os leitores são estimulados a copiar e compartilhá-las, mas, por favor, dê o devido crédito à Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce, Departamento de Educação do Estado da Maryland. • De acordo com a Lei Americanos com

Departamento de Educação do Estado de Maryland, Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce 200 West Baltimore Street, 9th floor Baltimore, MD 21201 telefone 410-767-0261 • ligação gratuita 1-800-535-0182 Fax 410-333-8165 • TDD 410-333-0731 www.MarylandPublicSchools.org Nancy S. Grasmick, Superintendente Estadual de Escolas James H. DeGraffenreid, Jr., Presidente, Secretaria de Educação Estadual Carol Ann Heath-Baglin, Superintendente Estadual Assistente, Divisão de Educação Especial/Serviços de Intervenção Precoce Martin O'Malley, Governador

Understanding the Evaluation, Eligibility, and IEP Processes in Maryland

Necessidades Especiais (ADA) este documento está disponível em
formatos alternativos mediante solicitação. Contate os Serviços de Família
e a Divisão Interagências pelo telefone 410-767-0858 Voz, Fax
410-333-1571, TDD 410-333-0731.
